



18ª Reunião Plenária Extraordinária do CONFEMA

18 de maio de 2010 – 9:30 horas

PAUTA

Informes:

Expediente:

- I. Sugestão de inclusões na pauta.

Ordem do dia:

- I. Apreciação e Deliberação sobre Contratação de Projeto do Sistema de Tratamento de Efluentes do Centro de Reabilitação de Animais Silvestres – CRAS do Parque Anhanguera (Processo nº 2010 -0.123.489-4);
- II. Apreciação e Deliberação sobre Ajustes Orçamentários do Projeto Artes Nascentes do Instituto de Tecnologia Social - ITS (processo de nº 2009 - 0.355.061 - 6);
- III. Apreciação e Deliberação sobre projetos candidatos a financiamento pelo Edital FEMA Nº 08 (10 projetos);

Anexos:

Parecer da Comissão de Avaliação Técnica / CAV sobre o Processo 2009 – 0.355.061 – 6;

Parecer da Comissão de Avaliação Técnica / CAV sobre o Processo 2010 – 0.123.489 – 4.

Pareceres dos projetos concorrentes ao Edital FEMA 08 dos projetos de número 01 ao 10;



Coordenador Rubens: Bom dia senhores conselheiros, com relação ao projeto do ITS, esse projeto já foi analisado, já passou por votação por esse conselho, porém a assessoria jurídica do gabinete do prefeito observou que no relatório, no parecer técnico da comissão de avaliação, o valor que constava como valor do projeto e contra partida, era um primeiro valor que tinha sido colocado no projeto e que no pedido de ajustes esse valor foi alterado até porque era um dos ajustes que tinha que ser feito e o parecer saiu com valor antigo, o parecer da comissão. Então nos induziu a erro e nós votamos e aprovamos o projeto, mas com o valor antigo. A assessoria jurídica do gabinete do prefeito pediu que o projeto retornasse a esse conselho para que nós pudéssemos elaborar uma nova resolução e aprovar o valor correto, cancelando a resolução anterior. Então tem um parecer técnico, porque ele voltou para comissão de avaliação para rever e eu vou ler o parecer técnico para nós podermos colocar em votação.

Projeto "Artes nascentes, formação de artesões em produção, restauração, conservação de artefatos em madeira"

Instituição proponente: Instituto de Tecnologia Social, ITS.

Linha Temática: Sócio Diversidade e Cultura.

Localização Geográfica: APAS Capivari Monos e Bororé Colônia, subprefeitura de Parelheiros.

Duração do projeto: 12 meses.

Valor total do projeto: R\$ 145.247,43. (O valor correto).

Valor financiado pelo FEMA: R\$ 129.247,43.

Valor da contrapartida: R\$ 16.000,00.

A manifestação da comissão é que o projeto enquadra-se nas Leis do SISNAMA, na Lei 14887/2009 artigo 57, na Política Municipal de Meio Ambiente e Educação Ambiental e na diretriz anual na temática economia estabelecida pelo CADES, para o ano de 2.008, porque o projeto foi apresentado em 2.008, resolução 121 CADES/2008. Inclusive nós trouxemos o processo para apreciação dos conselheiros. Pergunto se vocês querem dar uma olhadinha antes no projeto ou se nós podemos ir para a votação. Podemos ir para a votação então? Os conselheiros que são favoráveis a aprovação do projeto "Artes nascentes, formação de artesão em produção, restauração e conservação de artefatos em madeiras", da instituição Instituto de Tecnologia Social, ITS, agora com esses novos valores, levantem a mão. Então o **projeto "Artes nascentes, formação de artesão em produção, restauração e conservação de artefatos em madeiras", da instituição Instituto de Tecnologia Social, ITS, está aprovado por unanimidade.** Como já havia dito, nós vamos publicar uma nova resolução.

O próximo item da pauta é apreciação e deliberação dos projetos candidatos a financiamento pelo Edital FEMA 2008. Então nós temos 10 projetos e conforme nós vínhamos naquela seqüência de aprovação de projetos, nós vamos ler primeiro o relatório dos projetos recomendados pela CAV e colocamos em votação e depois nós vamos ler os projetos não recomendados. Então dos recomendados nós temos 4 projetos. Eu vou ler só a introdução do



projeto e a conclusão da CAV, mas nós temos a avaliação aqui e consta no processo para eventual consulta.

Projeto N°01: "Hortas Comunitárias"

Instituição Proponente: Cidade sem fome, hortas comunitárias.

Localização Geográfica: Zona Leste da Cidade de São Paulo.

Prazo de duração: 12 meses.

Valor total do projeto: R\$ 200.000,00.

Valor financiado pelo FEMA: R\$ 180.000,00.

Valor de contrapartida: R\$ 20.000,00.

Resumo do projeto: O projeto visa incentivar grupos de produtores e buscar uma alternativa de comercialização dos seus produtos, agregando-lhes valor e possibilitando assim a remuneração pelo trabalho e a complementação do consumo de alimentos mais saudáveis. População beneficiada é extremamente carente. Então vamos ao resumo da conclusão.

Conclusão: O projeto apresenta coerência entre seus objetivos e metas e as atividades propostas, o diagnóstico da situação do local e da importância das ações propostas ficam bem claros e articulados entre si, a capacitação técnica e experiência da equipe técnica é um ponto muito forte no projeto, o cronograma, entretanto se mostra um pouco apertado para desenvolvimento das atividades propostas e só poderá ser complementado devido ao conhecimento e articulação da população obtida em experiências anteriores. A questão da continuidade do projeto é preocupante, o projeto atende parcialmente aos critérios de seleção do FEMA. Foi solicitado ajustes, então na relação de ajustes:

- 1 É necessário o maior detalhamento sobre as áreas a serem destinadas para implantação das hortas, por meio de apresentação de contratos de exceção ou co- mandato identificando apropriadamente sua localização. (Item atendido).
- 2 Definir espaços do sacolão com carta de intenção, caso seja alugado ou carta de anuência do proprietário caso seja ascensão de área. (Item atendido).
- 3 Apresentar carta de anuência do ITCP ao projeto. (Item atendido).
- 4 Refazer a tabela de contratação de pessoa jurídica para pessoa física, especificando quem será o profissional a ser contratado, para realização da atividade, inclusive com apresentação de currículo assinado. (Item atendido).
- 5 Esclarecer o número de beneficiários do projeto e sua forma de escolha. (Item atendido).



6 Especificar os prestadores de serviço, suas qualificações e a contratação de especialistas. (Item atendido).

7 Apresentar detalhamento da contrapartida no orçamento, em especial quanto ao custo da hora dos técnicos. (Item atendido).

Síntese da avaliação dos ajustes: Após a avaliação dos ajustes solicitados conclui-se que: O projeto atende aos critérios de seleção do Edital FEMA Nº08/2009. Assina a comissão técnica de avaliação. Pergunto se há algum comentário? Não? Então vamos para a votação. Os conselheiros que são favoráveis a aprovação do projeto "Hortas Comunitárias", da instituição Cidade sem fome, hortas comunitárias, levantem a mão. Então o **projeto "Hortas Comunitárias", da instituição Cidade sem fome, hortas comunitárias, está aprovado por unanimidade.**

Projeto 03: "Projeto Horta em casa, do adubo a colheita".

Instituição Proponente: Instituto GEIA.

Localização Geográfica: Área da antiga favela Pantanal, localizada na zona leste de São Paulo.

Prazo de duração: 12 meses.

Valor total do projeto: R\$ 199.987,20.

Valor financiado pelo FEMA: R\$ 179.923,20.

Valor de contrapartida: R\$ 20.064,00.

Resumo do projeto: Melhorar a qualidade da alimentação dos habitantes do local por meio do cultivo caseiro de verduras e hortaliças em pequenos espaços para o alto consumo, há também o objetivo de implementar compostagem de resíduos orgânicos onde houver possibilidade e usar esse resíduo nas hortas caseiras, serão fornecidos insumos básicos e informações técnicas aos interessados para viabilização do projeto.

Conclusão: O projeto está bem construído em termos de diagnóstico e definição dos objetivos, as atividades a serem propostas, no entanto precisam de mais detalhamento principalmente no que diz respeito ao tempo de acompanhamento do técnico na residência dos beneficiários, quando isso será feito e com que frequência, não ficou claro a possibilidade de utilização de materiais recicláveis como garrafas pet, como suporte para instalação da horta o que diminuiria os custos do projeto e o tornaria mais alto e replicável pelos beneficiários que possam vir incorporar esse conhecimento, as ações que visam a continuidade do projeto parecem pouco definidas, consideram o grande desafio a motivação dos beneficiários para aderirem ao projeto, principalmente porque trata-se de atividade para alto consumo e não geração de renda, o que implica em tomada de consciência quanto aos ganhos qualitativos do envolvimento, quanto ao orçamento alguns itens parecem ser super dimensionados e outros subdimensionados, como por exemplo em sumo a ser utilizados. O projeto atendeu parcialmente aos critérios de seleção do FEMA e foram solicitados ajustes.



Relação de Ajustes:

- 1 Especificar a carga horária mensal e o valor hora de trabalho cada membro da equipe técnica bem como coordenador do projeto. (Item atendido).
- 2 Os valores de pagamento de alimentação e transporte da equipe técnica devem estar incluídos no valor da remuneração total, não podendo ser lançados como itens a parte. (Item atendido).
- 3 O valor do gasto com sementes deverá ser incluído, pois esse item não está lançado na planilha de custos. (Item atendido).
- 4 Devem ser definidas estratégias de comunicação mais adequadas para que os benefícios do projeto sejam comunicados ao público beneficiário. (Item atendido).
- 5 Devem ser definidas as estratégias de continuidade das ações como por exemplo, outras fontes de recursos. (Item atendido).
- 6 Definir a estratégia de continuidade e do trabalho dos agentes após o término do projeto. (Item atendido).
- 7 O valor da contrapartida não pode ser dado na forma de aluguel, despesas de água e luz, essas despesas são consideradas não financiáveis conforme item 7.2 do Edital FEMA 08. (Item atendido).

Síntese da avaliação dos ajustes: Após a avaliação dos ajustes solicitados conclui-se que: O projeto atende aos critérios de seleção do Edital FEMA N°08/2009. Assina a comissão técnica de avaliação.

Pergunto se tem algum comentário? Vamos para a votação. Os conselheiros que são favoráveis a aprovação do "Projeto Horta em casa, do adubo a colheita", do Instituto GEIA, levantem a mão. Então o **"Projeto Horta em casa, do adubo a colheita", do Instituto GEIA, está aprovado por unanimidade.**

Projeto 9: "Projeto CAOBI, economia solidária e proteção ambiental, subprojeto implantação de célula modelo de criação de poedeiras de base agroecológica e produção de ovos sustentáveis"

Instituição Proponente: SOS Guarapiranga.

Localização Geográfica: Bairro do M Boi Mirim , ARPM Guarapiranga.

Prazo de duração: 24 meses.

Valor total do projeto: R\$ 199.358,00.



Valor financiado pelo FEMA: R\$ 179.358,00.

Valor de contrapartida: R\$20.000,00.

Resumo do projeto: O subprojeto consiste na construção de uma vitrine educativa de produção de ovos em pequena escala com base nos princípios de agroecologia e do bem estar animal, a finalidade é despertar nos agricultores e na comunidade local a importância de valorizar a integração animal, vegetal solo, para a sustentabilidade de suas áreas agricultáveis e incentivar a avicultura urbana como fonte alternativa de alto consumo e geração de renda a partir de um produto de elevado valor agregado. O projeto consistirá em oficinas teóricas práticas de capacitação e construção do conhecimento agroecológico, visitas investigativas guiadas e a sistematização da iniciativa para a nação com elaboração de cartilha de boas práticas para a criação de poedeiras em sistema de base agroecológico. Contará com a participação de técnicos das áreas de biologia e engenharia agrônoma e psicopedagogia.

Síntese da Avaliação: A proposta é muito interessante, mas pouco clara de como será o manejo de célula modelo, no projeto consta somente a relação das oficinas teórico práticas que serão realizadas para a implantação participativa do mesmo, mas não de como será o dia-a-dia da atividade. Portanto o projeto atende parcialmente aos critérios de seleção e por isso foram pedidos ajustes.

Relação de ajustes:

- 1 Descrever qual é a contrapartida da proponente para o projeto e refazer a memória de cálculo. (Item atendido).
- 2 Esclarecer se o barracão indicado no projeto 13, "Implantação de Agroindústria solidária para a produção de banana passa orgânica", é o mesmo a ser utilizado nesse projeto e se o mesmo faz parte da contrapartida. (Item atendido).
- 3 Justificar a quantidade de horas alocada para a equipe técnica, biólogo agrônomo, são descritas 638 horas pelo FEMA, além da contrapartida para 24 meses, consideramos que somente as horas pagas pelo FEMA representam um pouco equivalente a 26 horas mensais ou 6 horas semanais, para uma atividade que demanda cuidados constantes, esclarecer as funções dos funcionários, em especial se os mesmos farão a manutenção dos galinheiros. (Item atendido).
- 4 Adequar o orçamento considerando que segundo o item 7.2 do Edital do FEMA Nº 08, não são remunerados pelo FEMA atividades e meio, o que inclui as atividades administrativas de manutenção da entidade. (Item atendido).
- 5 Indicar qual será a infra-estrutura disponível para execução do projeto contendo o tipo de manejo, itinerário técnico e indicação de dados sobre os animais, como espécie de galinha, a relação macho e fêmea dos 150 pintinhos adquiridos pelo projeto. (Item atendido).
- 6 Apresentar a projeção do aumento de população e da quantidade de ovos produzidos ao longo do projeto. (Item parcialmente atendido). A entidade afirma que fará renovação do plantel a cada ano, mas o orçamento prevê apenas o primeiro plantel, apesar disso entendemos que esse fato não compromete o desenvolvimento do projeto.



- 7 Especificar a infraestrutura para implantação do galinheiro e metragem de abrigo e pasto. (Item atendido).
- 8 Especificar qual será a quantidade de alimentos fornecidos para as aves nos primeiros 12 meses, em quais os alimentos fornecidos nos últimos 12 meses. (Item atendido).
- 9 Esclarecer se a soja e milho propostos para o uso na alimentação serão orgânicos. (Item atendido).
- 10 Esclarecer como será feita a divisão da produção entre os participantes. (Item atendido).
- 11 Esclarecer quem fará a manutenção das atividades durante a semana, além das oficinas práticas. (Item atendido).
- 12 Adequar as metas do projeto de forma a diminuir o número de metas e agrupar as atividades de capacitação em uma só unidade. (Item atendido).
- 13 Refazer o cálculo de encargos sociais, nos projeto são considerados 20% sendo que no pagamento por RPA, que é recibo de profissional autônomo é de 36%, por exemplo, na atividade 1 o coordenador terá carga horária de 52 horas a R\$ 50,00 a hora, o que perfaz um total de R\$ 2.600,00, nesse caso o encargo social seria de R\$ 936,00 e não de R\$ 520,00. (Item atendido).
- 14 Mencionar quais atividades serão desenvolvidas pelos parceiros no projeto.
- 15 Refazer a contagem de horas da coordenadora do projeto, onde constam 80 horas semanais, deveria ser 80 horas mensais, pelo cálculo de horas da mesma do projeto. (Item atendido).

Síntese da Avaliação dos ajustes: Após a avaliação dos ajustes solicitados, conclui-se que: O projeto atende aos critérios de seleção do Edital FEMA N°08/2009. Assina a comissão técnica de avaliação. Pergunto se há algum comentário? Dúvidas? Então vamos para a votação. Os conselheiros que são favoráveis a aprovação do "Projeto CAOBI, economia solidária e proteção ambiental, subprojeto implantação de célula modelo de criação de poedeiras de base agroecológica e produção de ovos sustentáveis", levantem a mão. Então o **"Projeto CAOBI, economia solidária e proteção ambiental, subprojeto implantação de célula modelo de criação de poedeiras de base agroecológica e produção de ovos sustentáveis", está aprovado por unanimidade.**

Projeto 10: "Cidadania e autonomia alimentar, uma experiência de agricultura urbana, integrada e sustentável"

Instituição Proponente: Polis, Instituto de estudos, formação e assessoria em política sociais.

Localização Geográfica: Região Oeste de São Paulo, Butantã.

Prazo de duração: 12 meses.



Valor total do projeto: R\$ 194.455,00.

Valor solicitado ao FEMA: R\$ 175.015,00.

Valor de contrapartida: R\$ 19.440,00.

Resumo do projeto: Projeto demonstrativo que visa desenvolver uma experiência integrada de agricultura urbana com produção de hortas suspensa em área degradada e com população socialmente vulnerável no Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional do Butantã, CRSAN BT.

Conclusão: O projeto após uma leitura aprofundada mostra-se bem articulado nas suas propostas e no diagnóstico das causas dessas proposições. O envolvimento com a população local, os trabalhos que vem sendo realizados no CRSAN e o aparelhamento constante desse espaço com o espaço difusor de práticas e ações em segurança alimentar e organização social, justificam a inclusão da agricultura urbana com uma ferramenta chave nesse processo e a própria solicitação de recursos ao FEMA. Os benefícios resultantes do desenvolvimento do projeto em nível prático dependeram, entretanto, do nível de envolvimento do público beneficiário e pela possibilidade de escolha de novas áreas para que efetivamente os beneficiários possam se apropriar da possibilidade de geração de emprego e renda e melhoria da qualidade alimentar. A preocupação com a qualidade das oficinas a serem oferecidas devem ser prioritária e os mecanismos de avaliação da qualidade das oficinas propostas devem ser possíveis a equipe de avaliação do FEMA, se não nesse primeiro momento durante o processo de elaboração, o material que será produzido caso seja nos moldes a que se propõem poderá ser importante para valorizar a troca de experiências entre grupos da AOP. O projeto atende parcialmente aos critérios de seleção de FEMA e demanda ajustes.

Relação de ajustes:

- 1 Existe sobreposição de atividades no projeto, por exemplo, existem 2 prestadores de serviço, sendo um profissional com experiência em economia solidária e projetos com agricultura urbana e um profissional com experiência em projetos e práticas em economia solidária e agricultura urbana, além disso o técnico em agricultura orgânica da equipe, também dará aulas teóricas práticas de agricultura urbana. (Item atendido).
- 2 Em relação aos prestadores de serviço para atividades das oficinas é necessário esclarecer se esses profissionais já foram escolhidos para que a qualificação profissional dos mesmos possa ser avaliada. (Item atendido).
- 3 É necessário o envio de currículo assinado de cada membro da equipe técnica do projeto. (Item atendido).
- 4 No item do orçamento referente a contrapartida, no projeto são lançadas as 360 horas de equipe técnica, mas as atividades de cada membro em relação a essas horas não estão discriminadas. (Item atendido).
- 5 O valor da contrapartida não atinge 10% do valor total do projeto, isso deve ser adequado ao novo orçamento. (Item atendido, porém eu vou fazer uma ressalva no final).



- 6 Infraestrutura gerencial, não pode ser lançada como contrapartida, esclarecemos que segundo o item 7.2 do Edital do FEMA 08, não são remuneradas pelo FEMA atividades meio, o que inclui as atividades administrativas e de manutenção da entidade. (Item atendido).
- 7 A infraestrutura do CRSAN, por ser um órgão vinculado a SVMA segundo o decreto 51.359 de 25 de março de 2010, não poderá ser considerado como contrapartida ao projeto, cozinhas, escolas, salas de aula e telecentro. (Item atendido).
- 8 Em relação a memória de cálculo, a coordenação do projeto e a responsável técnica estão lançadas no projeto como pessoa jurídica, mas pelo Edital do FEMA, essas atividades devem ser lançadas como pessoa física, por isso a forma de contratação as mesmas devem ser alterada e os valores dos encargos sociais de cada um deles devem ser refeitos. (Item atendido).

Síntese da avaliação dos ajustes: Após a avaliação dos ajustes solicitados, conclui-se que o projeto atende aos critérios de seleção do Edital FEMA Nº08/2009. Eu fiz aquela ressalva com relação a contrapartida, porque lendo o relatório, nós sempre lemos antes de trazer para o conselho, nós observamos que o valor da contrapartida é de R\$ 19.440,00 e para atender o Edital deveria ser R\$ 19.445,50, então está dando uma diferença de R\$ 5,50, que se o projeto for aprovado nós vamos colocar em votação, ele pode ser aprovado com a ressalva de que a contrapartida tenha que ser adequada ao projeto, como é um valor irrisório, então nós não levamos novamente à comissão para a análise. Nós trouxemos para o conselho e o conselho delibera pela retificação. Algum comentário? Então vamos para a votação. Os conselheiros que são favoráveis ao projeto "Cidadania e autonomia alimentar, uma experiência de agricultura urbana, integrada e sustentável" com a ressalva da adequação da contrapartida, levantem a mão. Então o **projeto "Cidadania e autonomia alimentar, uma experiência de agricultura urbana, integrada e sustentável", foi aprovado e deve constar na resolução a ressalva de contrapartida.**

Então nós vamos para a leitura dos relatórios dos projetos não recomendados pela CAV.

Projeto 02: "Escola Viva"

Instituição Proponente: Instituto Jaboti.

Localização Geográfica: Município de São Paulo, rede municipal de ensino.

Prazo de duração: 24 meses.

Valor total do projeto: R\$ 118.341,00.

Valor solicitado ao FEMA: R\$ 106.103,00.

Valor de contrapartida: R\$ 12.238,00.

Resumo do projeto: O projeto tem como objetivo contribuir junto a comunidade escolar no desenvolvimento de material didático que permita a escola utilizar a horta previamente



implantada pelo PROARURP, na consecução de seu projeto pedagógico utilizando-a como ferramenta de ensino.

Síntese da avaliação da comissão: O projeto não atende as diretrizes para utilização dos recursos do FEMA previstos no Edital, para acontecer o projeto, a dependência de implantação da horta pelo PROAURP, não prevêem de estratégias caso isso não ocorra. O foco principal do projeto é a educação ambiental não atendendo as atividades previstas no Edital N°08. Portanto o projeto não atende aos critérios de seleção do Edital FEMA 08/2009. Assina a comissão técnica de avaliação. Algum comentário? Não? Então vamos para a votação. Os conselheiros que são favoráveis a aprovação do projeto "Escola Viva", da instituição Instituto Jaboti, levantem a mão. Os conselheiros que são favoráveis a não aprovação do projeto "Escola Viva", levantem a mão. Então o **projeto "Escola Viva", não foi aprovado por unanimidade.**

Projeto 04: "Projeto Nutre Hortas"

Instituição Proponente: SALOS, Associação para saúde, CREN, Centro de Recuperação e Educação Nutricional.

Localização Geográfica: União de Vila Nova, Vila Nair e Vila Jacuí, Distrito de São Miguel Paulista, projeto Pantanal.

Prazo de duração: 12 meses.

Valor total do projeto: R\$ 194.660,00.

Valor solicitado ao FEMA: R\$ 149.560,00.

Valor de contrapartida: R\$ 45.100,00.

Resumo do projeto: O "Projeto Nutre Hortas", tem por objetivo experimentar a inserção de hortas domésticas, ecológicas, 4 coletivas e 40 individuais no contexto da urbanização do bairro s em uma visão de desenvolvimento integral baseado em processos de educação comunitária, participação popular. O projeto pretende desenvolver uma metodologia para multiplicar em outras áreas com as mesmas características no próprio bairro e em outras regiões.

Síntese da Avaliação: O projeto se enquadra no objetivo, estratégias, atividades e resultados esperados previstos no Edital, porém necessita de vários ajustes elencados abaixo:

Detalhando melhor a metodologia utilizada o orçamento adequado de alguns itens que estão em desacordo com o Edital, principalmente a questão da contratação de pessoa jurídica para atividades e fim contratação da empresa para gestão administrativa do projeto.

Relação de ajustes:



- 1 Apresentar currículos assinados da coordenadora técnica e da coordenadora pedagógica. (Item atendido).
- 2 Apresentar cartas de adesão ou sessão diárias onde serão implantadas as hortas piloto. (Item atendido).
- 3 Detalhar e esclarecer as metodologias citadas no trabalho, horta, vitamina e pedagogia da roda e as que serão utilizadas nas hortas domiciliares e individuais, já que essas não aparecem nos objetivos, metas e cronograma, mas estão incluídas no item público alvo. (Item atendido).
- 4 Esclarecer a contratação da coordenadora pedagógica que alguns lugares aparecem como contrapartida, página 3 do projeto, em outros como sendo financiados com recursos do FEMA, página 16. No orçamento a coordenadora pedagógica aparece como pessoa jurídica a ser contratada pela GIRAL, é necessário adequar essa despesa de acordo com o Edital que em seu item 07 especifica que as despesas de atividade e fim, só podem ser realizadas por pessoas físicas e não jurídicas. (Item atendido).
- 5 Adequar o gasto com a gestão administrativa do projeto substituindo a contratação de pessoa jurídica por pessoa física, apresentado o responsável pela atividade e com currículo assinado e o custo detalhado no orçamento, incluindo a quantidade de horas previstas de dedicação ao projeto, esclarecemos também que as taxas de administração, gerência ou similar, são consideradas as despesas não financiáveis pelo Edital do FEMA 08, item 7.2. (Item não atendido). Apesar de ter sido alterada a contratação de pessoa jurídica para pessoa física na coordenação do projeto, a proponente inclui um coordenador executivo configurando uma equipe técnica com 03 coordenadores, o modelo do FEMA prevê apenas 1 coordenador e 1 responsável técnico além dos membros da equipe técnica.
- 6 No item 8 do projeto está previsto estudo de índice de contaminação dos terrenos que serão utilizados e no orçamento não estão previstas as despesas com análise de contaminação e de nutrientes. (Item atendido).
- 7 Esclarecer como serão divulgados os resultados para comunidade envolvida durante e após o término do projeto. (Item atendido).
- 8 Há uma inconsistência de informação com relação aos materiais de divulgação e de informação, livretos e folhetos que necessitam de esclarecimento. No item 05, metas, são citadas: a impressão de 4.000 folhetos educativos e a elaboração de um livreto receitas da terra, além do material sobre a sistematização da metodologia, porém no orçamento no item 05, aparece apenas a impressão de 5.000 folhetos didáticos. (Item atendido).
- 9 Esclarecer quais estratégias serão utilizadas para garantir a sustentabilidade do projeto após o seu término e com a finalização do pagamento dos guardiões e dos educadores comunitários. (Item parcialmente atendido). A entidade apresentou a mesma justificativa do projeto original informando que as estratégias de sustentabilidade serão construídas ao longo do projeto, isso foi justificado por tratar-se de experiência da horta piloto em vários contextos, escolas, condomínios, quintais, etc. São listadas algumas possibilidades, sendo uma delas da geração de receitas, porém em razão do tamanho das áreas, essa probabilidade é remota considerando-se o grande número de beneficiados previstos no projeto, por exemplo, as hortas dos condomínios são para 20 famílias. Em relação as bolsas auxílio, a entidade propôs a suspensão das bolsas e os recursos



que estavam previstos para isso, seriam alocados na manutenção das atividades, os educadores passariam a ser voluntários e os valores lançados na contrapartida embora no novo texto apresentado foi colocada como fonte pagadora ao FEMA.

- 10 Esclarecer como será feito a gestão do viveiro comunitário e se está prevista uma estratégia para geração de renda com as mudas produzidas. (Item não atendido). Não foi esclarecida a forma de gestão, sendo explicada apenas que a mesma seria de competência da CDHU dentro do projeto maior, CADS, onde o "Projeto Nutre Hortas", está inserido.
- 11 Adequar o número de horas de participação da engenheira agrônoma já que aparenta ser incompatível com todas as atividades atribuídas a ela no projeto a saber: cursos de oficinas, acompanhamento das 4 hortas domiciliares das 4 hortas piloto e visita técnica horta tur. (Item parcialmente atendido). O tempo de dedicação foi alterado para 80 horas, porém a engenheira agrônoma Roberta Linquevius Pereira, foi substituída pela engenheira ambiental Gabriela Raal Rezende, que não possui a mesma experiência que a anterior para a coordenação técnica do projeto, formação de hortas.
- 12 Detalhar e corrigir os itens do orçamento abaixo: O material didático, quais são, especificar a quantidade de cada um deles. Está prevista a compra de material para 60 pessoas, mas o curso de permacultura é para 80 pessoas, transporte para atividade de vivência, está previsto no orçamento transporte para 40 pessoas, mas o curso é para 80 pessoas. É necessário indicar os locais de visitas para avaliar se o custo apresentado é compatível com a distância a ser percorrida. Na atividade 3 está previsto transporte, gasolina, para todos os meses, mas as oficinas ocorrem somente a partir do 3º mês, é necessário esclarecer as atividades para quais está sendo previsto o transporte lembrando que o Edital não prevê remuneração de transporte e nem alimentação para os membros da equipe técnica. O item 02 necessita ser detalhado quanto aos insumos a serem utilizados e ferramentas, preparação de canteiros e manutenção, especificação de itens das quantidades de cada um, o item 3 detalhar os equipamentos, quantidades e preços de insumo para as oficinas, em material de consumo estão contemplados somente 40 oficinas quando nas metas e estão estabelecidas 90. Item 5 adequar a contratação de pessoa jurídica para a compatibilização com o Edital conforme citado no item 05 acima. (Item parcialmente atendido)
 - a) Na questão do transporte para visita técnica foi estabelecido que serão 60 pessoas que visitarão o projeto do PROAURP na grande São Paulo, mas o PROAURP só tem projetos no município de São Paulo. O valor estabelecido para cada atividade é de R\$ 1.800,00.
 - b) Os custos de combustível foram ajustados para 10 meses, mas não foram esclarecidas as atividades para as quais estão sendo previstos o transporte.
 - c) Em relação aos materiais de consumo foi estabelecido que o valor orçado refere-se somente a 40 oficinas de nutrição, foi previsto o valor de R\$ 2.000,00 para a compra de alimentos perecíveis e não perecíveis sem discriminação de itens, para as demais oficinas, o número de 50 não foi previsto nenhum gasto, durante o ajuste foram incluídos materiais permanentes que não estavam previstos no projeto original como liquidificador e batedeira, por exemplo.
 - d) Na meta 2 implantação das 4 nutri hortas, não foram especificados os itens incluídos no valor de R\$ 6.000,00, preparação de terrenos. No item manutenção não foi esclarecido a que se referia o valor de R\$ 7.200,00, com agravante de que esse valor foi ampliado para R\$ 12.000,00.



e) No anexo 9 dos ajustes, são listados em insumos, 20 sacos de esterco e 26 sacos de adubos, sem descrição de que tipo, além da inclusão de 10 sacos de areia a um custo de R\$ 80,00 o saco sem dizer qual a finalidade.

f) Foi alterado o regime de contratação de toda a equipe, antes estava previsto um total de 40% do custo de pagamento para encargos e na versão do ajuste, esses encargos foram elevados para 66%, sendo que o valor de encargos para a contratação via RPA é de cerca de 36%.

g) Na meta 05, referente a sistematização de aprendizagem, foi prevista a contratação de um serviço de relatórios que não é atividade reembolsável pelo FEMA, como foi incluída uma coordenadora executiva na equipe com remuneração acima dos demais membros da equipe técnica e dedicação de 80 horas/mês, esses relatórios poderiam ter sido previstos para serem elaborados pela mesma.

13 É necessário esclarecer e fundamentar a necessidade de bolsas auxílio para os 20 educadores comunitários, uma vez que o FEMA não financia atividades de caráter assistencialista. O referido item deve estar claramente justificado como necessária garantia de participação dos educadores e se é de importância fundamental para realização do projeto. (Item atendido).

14 Apresentar a carta de adesão da escola citada no item 4, público alvo e beneficiários, a proponente afirma que as nutre hortas serão implantadas em 4 espaços piloto, sendo uma delas uma escola. (Item atendido).

Síntese da avaliação dos ajustes: Após a avaliação dos ajustes solicitados e considerando-se que:

1 Pontos fundamentais para a viabilidade do projeto, não foram respondidos.

2 Foram feitas alterações não solicitadas no projeto original que comprometem sua viabilidade, conclui-se que o projeto não atende aos critérios de seleção do Edital FEMA N°08/2009.

Alguma dúvida? Então vamos para a votação. Os conselheiros que são favoráveis a aprovação do "Projeto Nutre Hortas", da instituição SALOS, Associação para a Saúde, Centro de Recuperação e Educação nutricional, levantem a mão. Os conselheiros que são favoráveis a não aprovação do "Projeto Nutre Hortas", da instituição SALOS, Associação para a Saúde, Centro de Recuperação e Educação nutricional, levantem a mão. Então o **"Projeto Nutre Hortas", da instituição SALOS, Associação para a Saúde, Centro de Recuperação e Educação nutricional, não foi aprovado por unanimidade.**

Projeto 05: "Plantando sustentabilidade"

Instituição Proponente: Associação de Pais e Mestres da Emei Chácara Sonho Azul.

Localização Geográfica: Jardim Ângela, subprefeitura M'Boi Mirim, Emei Chácara Sonho Azul.



Prazo de duração: 12 meses.

Valor total do projeto: R\$ 199.768,10.

Valor solicitado ao FEMA: 179.330,10.

Valor de contrapartida: 20.438,00.

Resumo do projeto: O presente projeto tem como objetivo construir de forma democrática e participativa um plano de sustentabilidade para Emei Chácara Sonho Azul, com foque em iniciativas voltadas para implementação de um plantio agroecológico em área de propriedade da Prefeitura Municipal de São Paulo, adjacente ao equipamento social hoje existente. O projeto prevê um envolvimento de representante de todos os seguimentos da comunidade escolar, bem como lideranças locais, outras instituições parceiras da Emei em iniciativas anteriores e demais interessados da região, propondo-se realizar uma grande articulação local. Utilizando-se do espaço físico adjacente a Emei como base em uma efetiva mobilização local, pretende-se fazer do plantio hábil ecológico um instrumento de reflexão.

a) Para fins pedagógicos em relação a 400 crianças atendidas pela EMEI, seus educadores, funcionários e familiares.

b) Que possibilite uma complementação nutricional e a melhoria da qualidade de alimentação das crianças e suas famílias.

c) Para que a comunidade possa descobrir suas potencialidades, gerar renda e contribuir em sua capacitação, uma construção coletiva de comunidades sustentáveis, além dos aspectos relacionados a agroecologia e a pequena agricultura familiar e comunitária, outras oficinas serão ministradas a partir das necessidades locais definidas pela comunidade, como prioritárias na perspectiva da construção da sustentabilidade sócio ambiental, assim temas como segurança nutricional e aproveitamento integral dos alimentos, conceitos e práticas da educação democrática, cultura de paz, economia solidária, permacultura, entre outros, poderão integrar os espaços de reflexão em construção coletiva de conhecimento que o projeto se propõe a criar.

Síntese e conclusão da comissão: O projeto é tecnicamente inconsistente, não possui metodologia apropriada, não há objetivos e metas claras e definidas, o material e as oficinas são classificadas a títulos de exemplo, não há área prevista para o desenvolvimento do projeto comprovada, metodologia e acompanhamento técnico para a produção da horta, não existe previsão de acompanhamento do projeto no cronograma, não há definição clara da função da equipe técnica, itens apresentação com relação a orçamento, o líder local aparece como contrapartida sem carta de adesão, nome definido e função do projeto, há inconsistência contra o número de horas do coordenador técnico que é o diretor da escola e dedicara 480 horas para o projeto, esse coordenador não tem função definida, não há responsável técnico capacitado para desenvolver o tema segurança alimentar e nutricional, o público alvo é muito abrangente e não estimado. Portanto o projeto não atende aos critérios de seleção do FEMA N°08/2009, assina a comissão técnica de avaliação. Vamos para a votação. Algum comentário? Então vamos para a votação. Os conselheiros que são favoráveis a aprovação do projeto "Plantando sustentabilidade", da Instituição Associação de Pais e Mestres da Emei Chácara Sonho Azul, levantem a mão. Os conselheiros que são favoráveis a não aprovação do projeto "Plantando sustentabilidade", da Instituição Associação de Pais e Mestres da Emei Chácara Sonho Azul,



levantem a mão. Então o **projeto "Plantando sustentabilidade", da Instituição Associação de Pais e Mestres da Emei Chácara Sonho Azul, não foi aprovado por unanimidade.**

Projeto 06: "Agricultura orgânica e consumo consciente"

Instituição Proponente: Associação ReciclaZáro.

Localização Geográfica: Belém, São Paulo.

Prazo de duração: 12 meses.

Valor total do projeto: R\$ 118.332,10.

Valor solicitado ao FEMA: R\$ 107.332,10.

Valor de contrapartida: R\$ 11.000,00.

Resumo do projeto: O projeto visa capacitar a comunidade dos bairros do entorno do centro de formação profissional e educação ambiental para a produção orgânica e alimentação saudável, bem como implantar um canteiro de produção.

Conclusão da comissão: O projeto é pouco consistente em relação às técnicas produtivas e educacionais, cita que irá capacitar professores, mas não há nenhuma parceria com escolas, o orçamento está super estimado, o valor de compra da barraca de feira e do sistema de irrigação, o projeto não prevê onde será instalada a mesma barraca, o valor da contrapartida não atinge 10% como exige o Edital, não há comprovantes de experiências da entidade, não há descrição dos objetivos da proposta e a produção orgânica será realizada em área da prefeitura da Mooca sem carta de adesão da mesma. Portanto o projeto não atende os critérios de seleção do Edital FEMA Nº 08/2009, assina a comissão de avaliação. Algum comentário? Mônica?

Cons. Mônica Borba: Eu queria fazer um comentário, primeiro, esse local ele é uma parceria da subprefeitura da Mooca com a Associação ReciclaZáro, é ao lado de uma escola, eles já estão desenvolvendo esse projeto o CEFOPÉ há 03 anos, existe a parceria com várias escolas, com jovens, eu acho que tem um item aqui, por exemplo, esse: "Não apresentou comprovante de experiência em educação ambiental, agricultura urbana, compostagem, minhocario e produção de mudas", no espaço deles, eles já tem minhocario, eles já tem compostagem, já tem viveiro e produção de mudas. Então eu não entendo como que está escrito que ele não apresenta comprovantes se ele tem isso no espaço, no local. Descrição de atividades, diz que o responsável técnico não está de acordo com as metas e as atividades que serão desenvolvidas no projeto, o responsável técnico aqui ele é técnico em agricultura que é o Maurício Batista Paulino, ele é técnico agrícola e gestor ambiental, além disso tem 01 biólogo e tem um jardineiro, então eu não entendo como que está falando que a equipe técnica está em desacordo com as atividades do projeto. Essa relação de parceria com as escolas, com os 70 professores, isso é uma coisa que eles já realizam, realmente não está bem descrita no projeto e eu acho que às vezes nós julgamos sem conhecer um pouco o trabalho é um pouco difícil, porque se você for conhecer o esforço que eles estão fazendo naquela região que é uma área super degradada, hiper urbanizada, eu acho um ato heróico esse pessoal que está no centro urbano mesmo, não é área



de proteção, não é nossa área de manancial, tentar desenvolver uma filosofia de agricultura urbana, de educação ambiental e é isso que eles vem fazendo e agregando isso ao forte deles que é inclusão social, tirar pessoas de situações muito difíceis para produzir mudas, para recuperação social mesmo, integração social. Então eu estou aqui colocando porque eu conheço esse trabalho, realmente não está super bem elaborada a proposta, mas eu acho que é uma parceria da prefeitura esse projeto com a ONG Reciclazáro, é uma instituição que faz um trabalho muito importante para a nossa cidade e eu acho que deveria ter sido solicitado mais esclarecimentos, detalhar melhor os problemas aqui e não simplesmente colocando assim como foi colocado esses ajustes. Eu vejo que o trabalho dessa instituição é um trabalho muito importante para a nossa cidade e em um lugar, em um deserto, porque ali onde eles estão é um deserto e eu bato palmas para esse grupo e eu acho que nós deveríamos apoiar isso daqui em um outro olhar de avaliação, acho importante as vezes que os técnicos que estão avaliando também vão a campo para conhecer um pouco mais o trabalho que as instituições estão fazendo.

Cons. Gilmar: Eu gostaria de defender as palavras da Mônica, em relação à Reciclazáro eu acho que é importante nós reavaliarmos, porque eles já têm um trabalho, já têm uma história, então eu acho que vale a pena nós reavaliarmos e vermos de que forma que pode...

Coordenador Rubens: Mais algum comentário?

Cons. Mônica Borba: Só... Não é a primeira vez que isso acontece, nós não avaliamos um projeto aqui, as instituições que trabalham, que apresentam projetos, elas têm uma história, tem um grupo de pessoas que estão empenhando a vida nessas questões, não é um projeto isolado, isso não é a primeira vez que aqui acontece e eu acho que nós temos que valorizar as pessoas e as instituições que estão aqui há 15, 20 anos semeando no deserto, eu acho que nós tínhamos que olhar com um pouco mais de carinho inclusive.

Coordenador Rubens: Ok, obrigado Mônica, obrigado Gilmar, só para esclarecer, em momento algum a comissão diz que a instituição não tenha condições de realizar o projeto ou que não tenha parcerias, o que foi colocado aqui é que não foram apresentadas as comprovações e por se tratar de recursos públicos, precisamos ter a transparência do que nós estamos financiando, então é importante que tudo que seja colocado no projeto tenha a sua comprovação.

Cons. Mônica Borba: Mas vocês nem solicitaram para a instituição.

Coordenador Rubens: Na verdade não somos nós, é a comissão de avaliação, nós não interferimos na avaliação da comissão.

Cons. Mônica Borba: Eu estou colocando que nesse caso a comissão de avaliação deveria ter solicitado esses dados que estão faltando para a instituição, visto que essa é uma instituição que precisa de apoio, que faz um trabalho muito sério, eu acho que nós temos que considerar essas questões.

Coordenador Rubens: Bom, eu diante disso, coloco para apreciação do conselho de qual encaminhamento nós vamos dar para o projeto, uma vez avaliada a comissão conclui o trabalho dela na avaliação, caso seja uma deliberação desse conselho de submeter a uma nova avaliação ou pedir ajustes do projeto fica a critério do conselho, deliberar sobre isso e nós não votamos ele agora e aguardamos a proposta de ajustes. Secretário, por favor.



Presidente Eduardo Jorge: Eu acho que a comissão olha com bastante carinho todos os projetos, eles tem que ter critérios, inclusive elaborar uma régua, porque isso é um processo inclusive que o tribunal de contas exigiu e o pessoal nosso daqui está aperfeiçoando cada vez mais essas avaliações e eles assinam isso e depois disso tudo vai para o tribunal de contas também com o nosso nome. Então eu acho que a comissão tem esse cuidado e o conselho é outra rede, passa uma rede, passa outra rede, sempre é possível, então se o conselho quer eu acho que nós podemos pedir a comissão para avaliar e chamar a entidade e fazer com mais detalhes essa possibilidade de chegar a um ajuste, por isso que no conselho existe também uma segunda rede de segurança na avaliação desses projetos. Então eu também sou a favor de que se peça à comissão que chame a Reciclazáro e se tente chegar a um ajuste mais fino, pela tradição que tem a entidade, é claro que uma entidade que não tem tradição também merece todo o nosso respeito e avaliação, mas lendo, por exemplo, isso que nós acabamos de ver na questão do e-mail e da Chácara Sonho Azul, realmente é uma coisa muito inicial, uma coisa primeira, eles podem entrar no edital e tudo, o Reciclazáro é uma entidade que existe há muito tempo e que tem um trabalho muito importante aqui na cidade de São Paulo, então eu acho que em função disso nós deveríamos abrir essa possibilidade de um novo ajuste, na minha opinião.

Cons. Maria Lúcia do SEMPLA: Eu sou a favor também que o conselho peça um ajuste, eventualmente se houver uma apresentação, seria interessante, porque eu acho que duas pessoas, dois conselheiros que conhecem o projeto e testemunham como um grande esforço, eu acho que nós temos que relevar, diante de não simplesmente de reprovar, várias vezes eu entendo perfeitamente a avaliação do CAV, ela tem que ser técnica, porque senão você foge muito e não consegue dar um veredicto, mas eu acho que cabe a nós fazer esses pequenos ajustes na análise.

Coordenador Rubens: Mais algum comentário? Nós temos seguido um rito neste conselho, que os projetos que não são recomendados pela comissão de avaliação, como eu falei ela encerra o trabalho dela quando ela dá o parecer técnico, então esses projetos eles têm duas alternativas, uma é de ser ou não aprovado por este conselho, independente da avaliação, porque a avaliação técnica é um subsídio para deliberação deste conselho, então o conselho é autônomo para deliberar sobre o projeto, ele pode ser aprovado da maneira como está ou pode ser aprovado com condicionantes, ou ainda pode ser não aprovado. Então considerando as manifestações dos conselheiros eu coloco em votação a possibilidade dele ser aprovado com as condicionantes e então o atendimento dessas condicionantes passa novamente por uma avaliação técnica e após, volta a este conselho para ratificação, é isso que nós temos feito, não é Márcia? Então nós colocaremos em votação o projeto.

Orador não identificado: (Incompreensível, não falou no microfone).

Coordenador Rubens: Nesse caso nós teríamos que eleger um relator que vai especificar quais são as questões que deverão ser atendidas nessa condicionante, porque...

Orador não identificado: (Incompreensível, não falou no microfone).

Coordenador Rubens: O relatório, ele aponta as possíveis falhas do projeto, agora esse conselho vai ter que dizer quais são as condicionantes, quais são os itens que deverão ser atendidos para que ele seja submetido novamente a votação.



Cons. Mônica Borba: Bom, eu posso fazer da parte técnica, a técnica conceitual, agora essa parte de dinheiro, se comprou x ou y, eu não sou dessa área, porque na verdade são áreas distintas, eu não me sinto capaz com todas as regras na cabeça em relação a questão financeira, mas em relação as condicionantes técnicas eu me habilito a estar organizando isso para passar para o conselho e vocês encaminharem.

Coordenador Rubens: Com relação à parte financeira, na verdade você vai só indicar quais são os itens que deverão ser revistos pela instituição e você pode incluir também que tem uma adequação orçamentária do projeto, essa análise se foi atendida ou não, ela vai passar novamente pela comissão técnica de avaliação antes de ser encaminhada para o conselho.

Cons. Mônica Borba: Mas então nós temos que pegar o que está escrito aqui e colocar todas essas condicionantes que vocês já estão colocando, que várias delas já são específicas para a área financeira, cronograma e eu posso fazer uma introdução, pronto, acho que daí resolve, eu acho que nós damos esse panorama mais amplo e técnico dessas relações com a comunidade de fortalecer isso através de documentos, mas eu não tiraria nenhum dos itens que vocês estão colocando, porque isso é um detalhe.

Coordenador Rubens: Mas então eu só pediria que você fizesse uma redação, porque a entidade vai ter que atender exatamente o que o conselho está pedindo.

Cons. Mônica Borba: Tudo bem.

Coordenador Rubens: Tem que ter uma relação do conselho, você faz?

Cons. Mônica Borba: Eu me coloco a disposição de fazer uma introdução para a instituição, mais com essa questão técnica para ele aprimorar mesmo e aprender e vou manter todos os itens que foram colocados, talvez reagrupá-los de uma forma mais... A parte técnica e a financeira separada.

Coordenador Rubens: Então eu vou colocar em votação. Os conselheiros que são favoráveis a aprovação do projeto "Agricultura orgânica e consumo consciente" com as condicionantes que serão encaminhadas pela Mônica e só ressaltando que a resolução só vai ser publicada depois que a Mônica encaminhar, porque na resolução vai constar todas as condicionantes.

Cons. Mônica Borba: Eu acho que deveria suspender.

Coordenador Rubens: Ou nós suspendemos e pede essa...

Cons. Mônica Borba: Acho melhor ver isso e aprovar de uma vez só, porque ...

Coordenador Rubens: Então com relação ao projeto "Agricultura orgânica e consumo consciente" da Associação ReciclaZáro, fica suspensa a votação e nós retomamos em uma próxima reunião assim que eles apresentarem as condicionantes.



Projeto 07: "Capacitação e formação de produção de horta comunitária"

Instituição Proponente: Espaço infantil recreativo e educacional quadrangular projeto vida.

Localização Geográfica: Campo Limpo.

Prazo de duração: 12 meses.

Valor total do projeto: R\$ 165.120,00.

Valor solicitado ao FEMA: R\$ 93.120,00.

Valor de contrapartida: R\$ 72.000,00.

Resumo do projeto: O projeto prevê a inclusão social e a geração de renda de comunidades carentes e a elaboração de canteiros suspensos conforme informe do Globo Rural anexado ao projeto. A equipe técnica do projeto é composta por uma assistente social e uma pedagoga, de maneira geral o projeto prevê a manutenção dos trabalhos da entidade proponente.

Conclusão da comissão de Avaliação: A proposta do projeto teria que ser muito alterada para se adequar ao Edital FEMA N°08, o presente projeto aparenta ter sido elaborado para garantir o funcionamento da entidade por mais 01 ano, tal constatação é feita a partir da análise dos custos apresentados com funcionários citados no projeto, não foi mencionado o espaço disponível para elaboração do projeto assim como as metas, atividades, resultados esperados e quantidades de recursos envolvidos. O projeto deveria também ter necessariamente em seu quadro técnico um profissional da área de agricultura. Portanto o projeto não atende aos critérios de seleção do Edital N°08/2009, assina a comissão técnica de avaliação. Pergunto se há algum comentário? Então vamos para a votação. Os conselheiros que são favoráveis a aprovação do projeto "Capacitação e formação de produção de horta comunitária", da Instituição Espaço infantil recreativo e educacional quadrangular projeto vida, levantem a mão. Os conselheiros que são favoráveis a não aprovação do projeto "Capacitação e formação de produção de horta comunitária", da Instituição Espaço infantil recreativo e educacional quadrangular projeto vida, levantem a mão. Então o **projeto "Capacitação e formação de produção de horta comunitária", da Instituição Espaço infantil recreativo e educacional quadrangular projeto vida, não foi aprovado por unanimidade.**

Projeto: "Capacitação em agricultura familiar sustentável em Parelheiros"

Instituição Proponente: Instituto Data Terra.

Localização Geográfica: Parelheiros.

Prazo de duração: 12 meses.

Valor total do projeto: R\$ 96.279,20.



Valor solicitado ao FEMA: R\$ 67.479,20.

Valor de contrapartida: R\$ 28.800,00.

Resumo do projeto: A instituição proponente tem o objetivo de capacitar agricultores familiares para o alto consumo em parceria com o CÉU Parelheiros e respectivamente implantação de unidades demonstrativas nas áreas dos mesmos. O curso de capacitação terá 02 módulos técnicos e 01 de educação ambiental com a apresentação de teatro com tema ambiental.

Cons. Mônica Borba: As ONGs não precisam ter sede em São Paulo?

Coordenador Rubens: Não necessariamente, elas podem ser de outro município, o projeto é que tem que ser desenvolvido nos limites do município.

Síntese da Avaliação da Comissão: Percebe-se que o proponente desconhece a realidade da região em que está aplicando o recurso. A justificativa, reduz-se a região de Guarapiranga, não especificando sua área de atuação e deixando de abordar a realidade da região de Parelheiros como um todo. O parceiro do projeto, CÉU Parelheiros, é um parceiro interessante, entretanto o mesmo não participa das ações de agricultura na região e não é interruptor do tema na região. A estratégia de divulgação é pouco adequada, pois pode haver problemas com o público atendido. O número de participantes proposto pelo proponente é de 50 participantes, o que é excessivo frente a realidade local. No módulo 01, o biólogo indica que participará da elaboração de um biodigestor, porém na descrição das atividades no módulo 01, consta somente temas sobre sistemas agroflorestais, os resultados também não estão claros no texto. Portanto o projeto não atende aos critérios de seleção do Edital FEMA N°08/2009, assina a comissão de avaliação. Algum comentário? Então vamos para a votação? Os conselheiros que são favoráveis ao projeto "Capacitação em agricultura familiar sustentável em Parelheiros", do instituto Data Terra, levantem a mão. Os conselheiros que são favoráveis a não aprovação do projeto "Capacitação em agricultura familiar sustentável em Parelheiros" do instituto Data Terra, levantem a mão. Então o **projeto "Capacitação em agricultura familiar sustentável em Parelheiros", do instituto Data Terra, não foi aprovado por unanimidade.** E nós encerramos então os projetos referentes ao Edital N°08, nós retornamos para o item da pauta que é ... secretário.

Presidente Eduardo Jorge: Eu vi que vários desses projetos aqui são projetos do Edital N°08, que fala sobre a questão da agricultura urbana e a secretaria acaba de fazer um acordo com as Secretarias das Subprefeituras e o Departamento de Abastecimento está agora coordenando o programa de agricultura urbana que estava aqui conosco, nós estamos juntos com eles, mas o coordenador agora é o José Graziano da Secretaria de Abastecimento, é uma forma de tentar integrar mais a produção e a comercialização, e a secretaria adjunta está acompanhando esse trabalho conjunto e a minha sugestão é que os aprovados e mais ainda os não aprovados fossem colocados lá na mão da Leda para ela ver como pode ajudar, os aprovados porque nós temos interesse que dê frutos e os não aprovados, porque pode ser que pelo programa PROAURP nós possamos ajuda-los, por exemplo, esse caso aqui das hortas do sonho azul, do Jaboti, isso aqui pelo fundo nosso não se enquadra, mas pelo PROAURP que é uma ajuda direta pode ser que seja viável ajudá-los a fazer isso aqui, que é uma coisa menos burocratizada que o fundo nosso aqui. Então a minha sugestão que todos esses que tem relação com agricultura urbana e periurbana, que vocês passassem lá para a Leda com esse pedido, para que ela veja com o José Graziano lá da Secretaria das Subprefeituras de como é que pode ajudar os aprovados e os não aprovados.



Coordenador Rubens: Bom, está registrado então a pedido do secretário, sempre há uma possibilidade de nós colaborarmos. Então passando para o item 1 da ordem do dia que é "Apreciação e deliberação sobre a contratação do projeto do sistema de tratamento de efluentes do Centro de Reabilitação de Animais Silvestres, CRAS, do parque Anhanguera", está sendo tratado pelo processo de número 2010-0.123.489-4. Esse projeto se eu não me engano ele já foi apresentado aqui para esse conselho e o Ramiro está aqui presente para esclarecer eventuais dúvidas e nós estamos colocando agora em votação o parecer técnico da comissão, porque nós criamos até por conta de uma demanda do tribunal de contas, de que todos os projetos sejam avaliados tecnicamente, então a comissão técnica de avaliação avaliou esse projeto e nos encaminhou um relatório que eu posso estar lendo e eventualmente se houver dúvidas o Ramiro vai poder esclarecer para gente. Então lendo o parecer técnico:

"Proposta de Contratação do Projeto de Sistema de Tratamento de Efluentes do CRAS Anhanguera"

Proponente: Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, através do projeto do DEPAV 1.

Valor total do projeto: R\$ 127.360,29. (Esse é o valor referencial final).

Análise e Avaliação da proposta/Resumo da proposta: A presente proposta faz parte de uma série de intervenções a serem realizadas no Parque Anhanguera, em virtude do parque estar desconectado da rede de coletas de efluentes, faz se necessário a construção de um sistema de tratamento de efluentes produzidos pelas atividades no novo Centro de Reabilitação de Animais Silvestres, CRAS do Parque Anhanguera.

- 1 Enquadramento nas diretrizes objetivas e princípios da política municipal de Meio Ambiente e do Sistema Nacional de Meio Ambiente na legislação ambiental vigente, bem como nas diretrizes, prioridades e programas de elaboração de recursos estabelecidos pelo CADES. A proposta se enquadra nas diretrizes do SISNAMA e do CADES em especial quanto ao artigo 57 da Lei 14 887 de 15 de janeiro de 2009, que reorganiza a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, que determina explicitamente que os recursos do fundo municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável destinam-se precipuamente a apoiar entre outros a manutenção, melhoria e/ou recuperação da qualidade ambiental.
- 2 Enquadramento nas estratégias de ação recomendadas,. Segundo a resolução nº133 CADES 2010 de 20 de janeiro de 2010 que trata das diretriz anual para utilização dos recursos do FEMA, nos termos do artigo 8º, inciso 1, decreto 41 713 de 25/02/2002, observamos que a presente proposta se enquadra na diretriz referente a expansão e conservação de áreas verdes e unidades de conservação e água.
- 3 Análise técnica da proposta: A justificativa técnica da proposta está fundamentada no fato do parque não estar conectada a rede pública de coleta de efluentes, a contratação de serviço especializado apresentada nesse projeto, visa o desenvolvimento de um projeto básico, completo, para a constituição de um sistema de tratamentos de efluentes, domésticos e hospitalares, com a proposição de soluções alternativas de baixo custo operacional e de implantação para o tratamento de efluentes produzidas pelas atividades no novo Centro de Reabilitação de Animais Silvestres do Parque Anhanguera. Consideramos o projeto adequado e ambientalmente correto salientando que o mesmo será vital para o tratamento das efluentes da referida unidade.



4

Análise econômica e orçamentária da proposta: O memorial descritivo ou anexado ao processo a página 05, descreve objeto a ser contratado e os produtos que deveram ser entregues e especificam os termos de referência. O orçamento referencial encontra-se anexado a página 46 do presente processo, para os serviços do LEPAC, sondagens e ensaios total A, foram utilizados as tabelas de EDIF e SIRB de janeiro de 2010. Para o serviço de desenvolvimento do projeto, o total B, foi realizada a pesquisa mercadológica com 03 empresas, após o recebimento das propostas, adotou-se a média aritmética dos orçamentos apresentados pelas empresas para compor o valor total D, orçamento referencial composto pela somatória total do valor A mais o total B, totalizou o valor de R\$ 127.031,34, com base na data de 11 de maio de 2010, consideramos que os valores estão adequados ao produto e que não há nada a se opor quanto a isso.

Conclusão: Consideramos que a proposta atende aos critérios de seleção estabelecidas para a contemplação do financiamento do FEMA. Assina a comissão técnica de avaliação.

Pergunto se há algum comentário ou alguma dúvida que o Ramiro possa esclarecer, ele inclusive tem a apresentação em data show, caso alguém queira mais informações.

Cons. Gilmar: É só uma curiosidade sobre o sistema de tratamento que vai ser utilizado.

Coordenador Rubens: Você pode esclarecer, Ramiro?

Ramiro: Arquiteto do DEPAV 1, na verdade nós estamos contratando o projeto com intenções de que pelo menos a parte dos efluentes domésticos sejam desenvolvidos um projeto através do que eles chamam de Biosistema alagados construídos. A parte de fluentes hospitalares seriam $\frac{1}{4}$ do total de 40 metros cúbicos, talvez tenham que ter um complemento que envolveria outro tipo de tratamento, poderia ser feito através de membranas ou ozônio, tem um complemento pela questão dos efluentes hospitalares, mas em geral seria essa parte de alagados construídos mesmo.

Orador não identificado: O proposto, a verba proposta é só pelo projeto?

Ramiro: É só pelo projeto.

Orador não identificado: Não contempla a obra?

Ramiro: Não. É projeto. É um projeto para 40 metros cúbicos, é um sistema bastante grande de 40 metros cúbicos o dia.

Cons. Mônica Borba: Vocês já encaminharam para as empresas? Quem são as empresas que estão habilitadas para isso?

Ramiro: Eu pesquisei até para compor o orçamento, existem umas 04 ou 05 empresas, durante o orçamento 04 que me apresentaram realmente a proposta, a 5ª, eu até vi o currículo, mas eu não recebi uma resposta, então não encaminhei como convite, tem empresas do interior, tem uma empresa do Rio que na verdade é uma ONG, tem bastante gente envolvida e é uma



tecnologia que no Brasil é pouca desenvolvida ou pouco utilizada, mas que na Itália, Alemanha, Japão, é uma tecnologia que se usa a 30 anos e está bem evoluída, então eu acho que é importante nós conseguirmos trabalhar com esses sistemas uma escala um pouco maior que trabalha muito com eles na escala doméstica, mas na verdade a parte de um tratamento terciário, seria outra 3º etapa de tratamento que seria tirar nitratos e fósforo da água, então tem 04 empresas que estariam habilitadas para fazer, na verdade o orçamento foi composto com 03, porque uma delas é uma ONG e estava desconfigurando e eles tem um valor um pouco abaixo do mercado e estava desconfigurando um pouco o preço que nós estávamos na hora de elaborar o orçamento, mas ela está habilitada, se ela apresentar todas as ORT e comprovações de capacidade técnica, eu acho que ela não teria nenhum impedimento de participar da licitação.

Cons. Mônica Borba: Mas aí você está avaliando o preço ou o currículo da empresa, como que é feito isso?

Ramiro: Para compor o orçamento referencial seria por base no preço que nós temos que aprovar um orçamento. Na parte técnica existe um detalhamento, tem que se cumprir esses elementos descritos no memorial descritivo e existe a parte na hora da licitação, existem as comprovações de certificação, o CAT e ORT sobre projetos de portes semelhante ou escopo semelhante e que isso vai ser avaliado, então precisa ter os profissionais capacitados, precisa ter uma série de elementos, então essa escolha é baseada em cumprir esses requerimentos e apresentar um menor orçamento, isso durante a licitação em uma etapa posterior.

Orador não identificado: (Incompreensível, não falou no microfone).

Ramiro: Sim, eu tenho uma apresentação rápida, se quiserem... Na verdade eu não ia apresentar, porque já tinha sido apresentado antes, teve só que foi feito uma revisão, mas eu posso fazer uma apresentação rápida se for o caso.

Orador não identificado: (Incompreensível, não falou no microfone).

Coordenador Rubens: Só lembrando Mônica, que todos os procedimentos para contratação, eles seguem a Lei de licitações, porque trata-se de recurso, não recurso orçamentário da secretaria, mas os recursos do FEMA que também é uma dotação orçamentária, então nós temos que seguir...

Cons. Mônica Borba: Eu sei, é porque tudo que é inovação na área de sustentabilidade na minha opinião a qualidade técnica ela está acima do preço, então por isso que eu pergunto, porque eu atuo nessa área e eu vejo sim que a questão técnica é investimento na área de tecnologia, custa mais caro com qualquer projeto, é nesse sentido.

Coordenador Rubens: Ok.

Ramiro: Essa questão da técnica eu imagino que até pelo fato de todas as empresas pesquisadas atenderem, já terem uma experiência relativamente grande nessa área eu acho que a parte técnica estaria vamos dizer assim segura quanto a capacidade das empresas e então ficaria a parte orçamentária para ser a parte na hora da escolha. Passando bem rápido, Parque Anhanguera, existem áreas em DUP que ficam dentro que são áreas privadas que estão em desapropriação...



Orador não identificado: (Incompreensível, não falou no microfone).

Ramiro: É o limite com o Cajamar

Orador não identificado: (Incompreensível, não falou no microfone).

Ramiro: É que na verdade parece que existe uma concessão, também existe um limite superior, esse limite superior aqui, ele é dado pela ferrovia Perus Pirapora que tem uma faixa de concessão da CPTM que vai da linha férrea 20 metros para dentro ou 50 metros para dentro, eu não me lembro e até o rio em si, do rio Juqueri ao norte, ele já é Empresa Melhoramentos e já é Cajamar, já é outro município, nesse trecho aqui o rio continua, mas já não é área do parque. Essa daqui é a atual área de visitação pública proposta de viveiro de mudas que é um outro processo, o famoso CRAS, Centro de Reabilitação de Animais Silvestres, que é o projeto que nós precisaríamos a complementação do sistema de tratamento de efluentes. Então essa opção pelo tratamento descentralizados efluentes, porque não há rede coletora da SABESP e nenhuma previsão de quando isso aconteceria ou se aconteceria e dentro das opções por essas alternativas de tratamento, então a busca dessas alternativas mais ecológicas, Biossistemas em relação ao que as ETS, as Estações de Tratamento de Efluentes da SABESP, que tem um gasto de energia ético e utilizam produtos químicos em uma escala muito maior ou dependendo nem precisaríamos usar e em alguns casos, então nós estamos tentando desenvolver o máximo possível do projeto dentro desses Biossistemas, então tem um custo operacional muito mais baixo, um custo de implantação também relativamente baixo na maior parte das áreas, então fez se essa opção, mas como eu disse a parte de efluentes hospitalares talvez tenham que ter uma complementação. Então o tratamento biológico de efluentes tem esse apelo paisagístico dos jardins, pântanos e lagoas, eu diria uns 80% da área construída, seriam jardins com uma impermeabilização do solo, mas a parte que você acaba visualizando são jardins, a criação de um espaço potencial para construir educação ambiental, então é um percurso para que se possa aproveitar esse espaço, então não simplesmente uma estrutura construída e escondida como é o que nós costumamos fazer com os nossos sistemas de tratamento de efluentes e funciona por gravidade, então não teria gasto de energia ou muito pouca no caso de uma recirculação e ingestão de ar se for o caso, o lodo pode ser usado como adubo e dependendo do dimensionamento essa retirada pode ser esporádica entre 6 meses, 1 ano, até mais, dependendo de como se dimensiona o sistema, a produção de mal cheiro é reduzida para o processo anaeróbico, então as primeiras câmaras onde poderiam ocorrer essa produção de mal cheiro são biodigestores ou similares, então você não tem essa produção elevada e é uma manutenção reduzida sem mão de obra especializada, seria principalmente para a parte dos jardins mesmo, da parte dos alagados construídos, porque seria uma manutenção normal de paisagismo, então não seria uma equipe técnica em tratamentos de efluentes. Passando pelo fluxo nas etapas de tratamento, isso bem básico, seria para eliminar com grades e caixas de gordura, então seria retirado o material grosseiro óleo e gordura, primária seria fossa séptica ou biodigestor de separação dos materiais sólidos em suspensão dec efluente através da ação também de bactérias e o secundário filtra anaeróbios de raízes e lagoas de decantação que seriam a gestão de materiais sólidos orgânicos e microorganismos e na parte da zona de raízes da zona de decantação você tem uma interação da fauna, flora de macrófitas, macrófitas é um grupo de plantas que tem uma característica de absorver muita água e transpirar muita água e o que eles chama de biofilme que seria as bactérias que se prendem nas raízes das plantas que vão estar nessa terra e junto com a parte dos efluentes, em geral, eu não lembro agora a seqüência, mas eu vou continuar falando, em geral o tratamento se opta nas primeiras etapas para fazer o que se chama de fluxos super superficial, então seria uma seqüência de tanques, a primeira parte o efluente passa a parte construída dos biodigestores e filtros anaeróbios quando chega na zona de raízes eles seriam um impermeabilizado com as lonas semelhante a uma lona de caminhão, você tem pedra, brita, terra e as plantas e o fluxo de água em geral está uns 10 cm abaixo da superfície, então por isso você também acaba reduzindo muito se for o caso o mal cheiro e você não tem contato direto. Em uma 3º ou 4º etapa quando você passa por uma seqüência de



tanques, então você passa várias vezes no sistema, então você melhora a qualidade dessa água, você pode até ter o contato com a água, então ele ficaria com camadas de água na superfície, mas aí ele já passou por um tratamento, ele já está a aproximadamente 90% ou 95% limpo, então não teria nenhum mal cheiro e nenhum problema de contaminação.

Orador não identificado: (Incompreensível, não falou no microfone).

Ramiro: São 40 metros cúbicos dia, isso é uma previsão, talvez no começo da operação seja um pouco menos, porque o Centro de Reabilitação talvez não esteja nessa capacidade máxima de operação já, mas seriam 30 metros cúbicos para efluentes domésticos, que não tem nenhum complicador no orçamento e o tratamento dos efluentes hospitalares que pode ter algum complicador, eu tenho pesquisado até com órgãos, tem uma doutora da UNIFESP, da saúde pública e outros profissionais competentes na área que dão encaminhamentos de como poderia ser feito, mas isso na verdade precisa ser feito na parte de projeto para saber justamente fazer a coleta, pegar parâmetros de projetos semelhantes e poder se avaliar qual é essa contaminação, porque não se sabe exatamente quanto que se usa de antibióticos, piretróides, hormônios, esse tipo de resíduos, mas existem maneiras sim de se tratar com ozônio, através também de membranas, enfim, existe uma série de sistemas que poderão ser feitos.

Cons. Mônica Borba: Mas Ramiro, nem a SABESP tira isso da água, não é?

Ramiro: Por isso.

Cons. Mônica Borba: E nós vamos tirar, é isso? Você colocou isso como uma meta ou é uma intenção, nós desejamos isso? Por que o que nós observamos é que nós estamos bebendo água com hormônio, com anti depressivo e todas essas coisas que realmente a SABESP não está tirando.

Ramiro: Existe uma questão de escala que na verdade as maneiras de se tratar esses resíduos em geral o que eles fazem, a SABESP no caso eles diluem, então você tem efluentes hospitalares, mas vocês diluem em um montante muito maior de efluentes e você chega até os níveis que são permitidos por legislação, nós não temos o que seria o CONAMA 357, ou 397 e também tem a 358 que seria específico de resíduos de saúde, que como não existe o projeto, não existe como você avaliar qual é o efluente atualmente, o que nós estamos pedindo no processo e nós estamos colocando todas as especificações para que sejam atendidas e para que se dê uma solução de projetos para um encaminhamento, existe a possibilidade, nós esperamos conseguir reutilizar essa água para o viveiro de mudas que está em desenvolvimento de projeto, que já está em contratação de projeto, mas existe a possibilidade de por exemplo, feitas as contas em termos econômicos não vai ser atendido, então talvez nós tenhamos que talvez ter uma concentração maior de resíduos tóxicos, vamos dizer assim, vai ter que ser encaminhado, eu também não sou especialista nessa parte, mas eu não sei se seria incinerador, não sei se seria um aterro sanitário para resíduos de saúde, enfim, mas nós estamos colocando os parâmetros para que seja desenvolvido o projeto e que sejam atendidos ao máximo e não simplesmente nos recibos, mas também nessa questão de legislação para conseguirmos evoluir um pouco isso, eu acho que é um objetivo de nós utilizarmos um recurso do FEMA para conseguir desenvolver uma outra metodologia que no Brasil é tão pouco utilizada, pe utilizada, mas os órgãos públicos utilizam pouca coisa mesmo, então são experiências um pouco mais autônomas que acontecem. Essa daqui é uma das empresas que faz esse Biossistema, que é um instituto ambiental, na verdade é uma ONG e eles têm experiência na Bahia, Espírito Santo e Rio de Janeiro principalmente, é uma ONG de Petrópolis, o primeiro aqui seria o que eles chamam de biodigestor, é um modelo chinês e existe em escala domiciliar e existe uma produção bastante



grande, isso na China mesmo e aqui eles estão desenvolvendo sistemas para 50, 60, 70 famílias, é um sistema grande, esse daqui eu não sei te dizer qual o volume.

Orador não identificado: (Incompreensível, não falou no microfone).

Ramiro: Produz em alguns casos na verdade como biodigestor eles fazem, existe uma captação de metano, em geral a produção não é o suficiente para que cada casa receba um botijão para todo o seu consumo, mas eles utilizam ou no aquecimento de água, ou as vezes não existem, acho que esses projetos tem uma cozinha comunitária e então é produzido na parte coletiva e é utilizado esse metano. No nosso caso o que até conversando com as empresas e tentando entender um pouco mais sobre sistemas, de qualquer maneira mesmo que não se aproveite, que o volume seja muito pequeno e não se aproveite esse metano, o importante é que seja queimado, porque o metano é muito mais, tem efeito estufa 20 vezes maior que o gás carbônico, então de qualquer jeito tem uma chama piloto de queima desse metano, se nós conseguirmos fazer um sistema que possa armazenar essa gás também, é uma possibilidade.

Orador não identificado: (Incompreensível, não falou no microfone).

Ramiro: Aí precisa ver como que isso seria integrado com o próprio projeto que está em desenvolvimento, que nesse caso eu sei que não existiria, mas poderia ser armazenada para depois se utilizar em um sistema independente ou não sei, existe essa possibilidade. Esse é um pouco a cara do...

Cons. Mônica: Esse é o nome do Instituto, Ambiental Venda Nova do Imigrante, é isso?

Ramiro: Venda Nova do Imigrante, eu acho que essa...

Cons. Mônica: É o lugar, e qual o nome? Instituto Ambiental?

Ramiro: O Instituto Ambiental é o órgão. Esse daqui são essas macrófitas que eu falei, então na verdade você não vê em algumas etapas a água, ela está esses 10 cm abaixo do solo e alguns trechos você tem algas que trabalham ou água pés, então são sempre tanques sequenciais que você passa várias vezes para o sistema, você elimina mais vezes, você tem uma melhor eficiência do sistema, sempre essa lona impermeabilizante em baixo, entrada do fluente, então aqui nós temos macrófitas emergentes, então a água passa por baixo mesmo, 10 cm abaixo do solo, em alguns casos as macrófitas são fixas e submersas então as vezes estão boas e outras plantas elas são fixas no solo, mas existe uma camada de 30 cm ou 40 cm de água, em alguns casos são simplesmente os tanques de decantação, tem ações ou de águas pés que são muito utilizados ou simplesmente outros tipos de alga que fazem essa depuração também da água. O objetivo desse contrato seria contratação do projeto básico completo, estudo preliminar, levantamento do plano altimétrico cadastral que é o DEPAC, ensaio das sondagens e o projeto básico completo em si. Intenções: Integração das edificações do CRAS e dos elementos naturais com sistemas de tratamentos de efluentes, resolvendo questões técnicas e funcionais, integrando as soluções estéticas e paisagísticas, a mesma coisa com percurso e ações de observações para promover educação ambiental, nós temos o local que nós escolhemos como potencial para implantação do projeto é bem na entrada do CRAS, então não seria esconder esse projeto e sim trazer para frente é um jardim que chama atenção e ainda por cima do tratamento de efluentes e existe uma questão de tais especificações de espécies vegetais nativas, saúde e justificativa técnica, então algumas plantas que são indicadores ambientais, eu já havia falado da ultima vez, uma das



empresas trabalha com vitória Régia, por exemplo, que foi aclimatada, porque ela é um ótimo indicador ambiental, então se você tem uma contaminação um pouco acima do limite como estabelecido, ela já sofre e você percebe, então por mais que não seja nativa você poderia usar isso como indicador ambiental, a questão de drenagem então quando chove, também você tem que ter sistemas de drenagem para que você não entre em muita água no seu sistema, é aberto, mas você poderia ter uma separação dessa água e a utilização de valetas de infiltração ou valas de infiltração e sem estruturas de concretos pesadas e essa possibilidade de depois da água passar pelo sistema mas ainda teria um volume bastante significativo para ser reaproveitado no viveiro. Aqui de novo as mesmas etapas da contratação, logo depois do desenvolvimento de estudos preliminares existe uma entrada com parecer técnico, uma entrada de um pedido para a SABESP e que pelo tipo de projetos seria um parecer técnico, não existe um padrão a ser seguido, existe uma solicitação, um encaminhamento do projeto e aí sim uma posição da CETESB. Os efluentes hospitalares 10 metros cúbicos por dia, então tem patológicos de doenças e remédios, antibióticos, anestésicos, anti inflamatórios, anti parasitárias e que precisa ser verificado quais seriam esses volumes, porque talvez nós estejamos tratando, vendo esses mais separados nós estamos vendo que esses é um volume de contaminantes e uma das empresas indicou que na verdade o ideal é que você junte tudo e quando você tem água de diversos tipos até tem gente que fala, não vamos tratar só um sistema caseiro por exemplo, se trataria só a base sanitária, que seria águas negras. Em geral eles sugerem que se tratem cinzas e negros juntos, porque você tem bactérias diferentes, você tem uma flora bacteriana que se chama e de um espectro mais amplo, então você tem uma possibilidade de tratamento melhor mesmo que você esteja contaminando essa água em termos e depois tratando tudo isso junto. Então eu acho que vai depender muito durante o desenvolvimento quais são os parâmetros que tem que ter atendidos pegando exemplos em outros hospitais veterinários enfim, que também não existem muitos dados, porque a maioria joga, faz as vezes um pré tratamento ou está previsto um pré tratamento, mas não está em funcionamento, joga na rede da SABESP e sabe-se lá onde vai. Área de intervenção prevista da implantação total seriam 3.000 metros quadrados, essa parte dos jardins mesmo, sendo que está sendo mais ou menos prevista a parte de zonas de raízes e alagados a parte de paisagismo funcional, vamos dizer assim seriam 1.000 metros quadrados e isso dentro de uma área de 30.000 metros quadrados, então esse daqui é o CRAS, tem uma área potencial são duas partes, a rede está chegando por aqui, então dependendo do encaminhamento se nós vamos aproveitar para o viveiro ou se vai simplesmente fazer infiltração do solo ou se vai depender um pouco também da parte topográfica, nós estamos pedindo 30.000 metros quadrados de levantamento para escolher as melhores 30.000 para ser implantadas o projeto. Esse aqui é uma vista área do CRAS do Parque Anhanguera, aqui no fundo você tem a Rodovia Anhanguera passando e essa área, são as duas áreas possíveis para serem feitos esses tratamentos dentro do que nós estamos colocando, uma vista do outro lado seria também essa área que está muito menos arborizada, tem uma topografia mais adequada, essa daqui são árvores bem mais novas e aqui tem eucaliptos, mas está também estão de menor porte comparado com o resto. Aqui é só um detalhamento maior dessa parte então a definição do perímetro tem que ser colocado, o fluxo grama do sistema em caracterização das etapas, como vai ser tratado, qual seria a destinação dos resíduos sólidos e dos efluentes e quanto está sendo tratado por etapa. Definição desses parâmetros de contaminação baseados em sistemas de funcionamento como eu disse em outros hospitais ou na CETESB, na verdade não tem muitos parâmetros oficiais, eles usam alguns parâmetros, mas não tem uma legislação na parte de resíduos de saúde desse caso, na verdade não importa muito com o que eu acompanhei, estudei um pouco a legislação, não existe muito o problema do que entra no sistema, importa qual a qualidade de água que sai do sistema.

Orador não identificado: (Incompreensível, não falou no microfone).

Cons. Mônica: Hoje todos os sistemas você não tem uma solução para qualquer coisa que entra e na minha opinião eu tenho estudado também bastante essa área, é muito importante separar já na fonte, assim como o lixo que sai da nossa casa, pelo menos separar do seco e o úmido,



essa questão de você separar o resíduo líquido contaminante ou não contaminante é básico inclusive economicamente no processo de tratamento, eu queria só colocar aqui também de nós usarmos espécies já da Mata Atlântica, porque ficar adaptando espécies tropicais, está frio aqui e eu acho que eu já falei da outra vez, mas eu acho muito importante que no projeto básico seja inserida a área de comunicação dos layouts, dos banners, porque se vocês tem a intenção realmente de transformar esse espaço em uma área educativa, a empresa já que faz, ela já sabe os modelos, já sabe as plantas, então é muito importante incluir no projeto básico esse escopo da comunicação dos banners informativos de tudo que está acontecendo ali.

Ramiro: Até foi discutido, nós havíamos colocado em uma primeira antes de encaminhar mesmo essa possibilidade o que surgiu, na verdade nós tiramos dessa contratação a parte do desenvolvimento da parte do projeto de programação visual mesmo, porque seria uma contratação que eu acho que seria mais eficiente se fosse uma contratação para o CRAS como um todo ou para o parque como um todo, então na hora de se pensar em um projeto de educação ambiental para o parque Anhanguera, você fizesse uma comunicação visual, uma programação visual de todo esse projeto, de todas as edificações ou os trechos dos parques e aí sim você inserisse, o memorial descritivo que a empresa entrega no final já serve de base, porque eles vão ter que especificar cada uma das plantas, essa questão de ser nativa ou não ser nativa, nós colocamos por obrigatoriedade que tem que ser nativa salva ou justificativa técnica, então nós vamos fazer essa avaliação se eles colocarem todas as plantas não nativas...

Cons. Mônica Borba: Com o tempo elas morrem, isso que acontece, porque nós não ficamos... É frio na Anhanguera.

Ramiro: Por ser um sistema de tratamento mesmo, existe também a necessidade de uma manutenção, então depois de um certo porte da planta você teria que retirar essa planta e colocar outra espécie, porque ela também perde essa capacidade de transpirar, eu não vou entrar em dados técnicos porque eu estou, enfim, eu não sou especialista, eu estou aprendendo.

Cons. Mônica: Não importa, a manutenção não é tirar a planta, na verdade é podar as hastes, re tirar, pegar as mudas.

Ramiro: No caso da água pes tem que retirar porque eles criam, então retirem essa planta do sistema mesmo.

Cons. Mônica Borba: E vende? É obvio

Ramiro: Vende, porque senão ela se transforma em material orgânica para o viveiro.

Cons. Mônica: (Incompreensível, não falou no microfone).

Ramiro: Pode ser também.

Orador não identificado: (Incompreensível, não falou no microfone).



Ramiro: Em definição da viabilidade técnica de reuso pelo viveiro e a justificativa técnica econômica das soluções adotadas, aqui simplesmente as etapas ou os resultados dos projetos de plantação geral, fundações e estruturas, drenagens elétricas e hidráulicas, paisagismo como estação de terra e as planilhas memorial e memórias de cálculos. O orçamento referencial que foi adaptado da última vez para agora, que ficou em R\$ 127.031,34 incluindo o estudo preliminar LEPAC, sondagem e desenvolvimento de projetos básico completo, em um período que ficou um pouco pequeno, seriam 100 dias corridos para o desenvolvimento desse projeto com previsão de recebimento se for encaminhado rápido tudo isso, porque já era para ter ido até dezembro e depois a contratação da obra a previsão para outubro e novembro do outro ano e é isso. Se tiver mais alguma questão, eu falei bastante já.

Presidente Eduardo Jorge: Tem que esperar chegar dezembro?

Ramiro: Sim.

Presidente Eduardo Jorge: E aí fazer licitação?

Ramiro: E aí tem que fazer licitação para a obra, aí como muito provavelmente vai superar os R\$ 150.000,00 e aí nós temos 03 meses de licitação e mais os encaminhamentos, ou na verdade a obra seria 03 ou 04 meses, nós estamos considerando.

Presidente Eduardo Jorge: A licitação você está esperando abrir quando?

Ramiro: O mais rápido possível, já está atrasado 02 meses.

Presidente Eduardo Jorge: E depois de dezembro?

Ramiro: Não, a licitação deveria sair daqui a 20 dias se pudesse.

Presidente Eduardo Jorge: Do projeto base, eu estou falando da obra...

Ramiro: A obra, se nós estamos terminando em novembro a licitação deveria estar saindo em junho eu acho, não, recebe em dezembro tem uns dois meses, janeiro e fevereiro, fica aberto fevereiro e março, estaria aberta a licitação...

Presidente Eduardo Jorge: De 2011.

Cons. Mônica: A licitação é esse ano.

Ramiro: Uma coisa é projeto, outra coisa é obra

Cons. Mônica: O projeto.



Ramiro: O projeto é daqui um mês, de preferência estar licitando, é um valor abaixo de R\$ 150.000,00, deveria começar o desenvolvimento em julho ou agosto, acho que em agosto estava agora, é que teve uma alteração das datas para ficar pronto em dezembro.

Cons. Mônica Borba: 6 meses para elaborar o projeto.

Ramiro: 100 dias, quase 04 meses.

Cons. Mônica Borba:

Ramiro: Começar a obra mesmo seria em julho ou agosto, mais ou menos do ano que vem.

Cons. Mônica Borba: Para entregar em novembro de 2011.

Coordenador Rubens: Mais alguma dúvida? Não? Então vamos para a votação. Diante do parecer técnico da comissão de avaliação e a apresentação do Ramiro, os conselheiros que são favoráveis a "Contratação do projeto de sistemas de tratamento de efluentes do Centro de Reabilitação de Animais Silvestres, CRAS do Parque Anhanguera", levantem a mão. Então o **projeto da "Contratação do projeto de sistemas de tratamento de efluentes do Centro de Reabilitação de Animais Silvestres do CRAS do Parque Anhanguera", foi aprovado por unanimidade.** E assim nós encerramos a nossa pauta. Mônica eu só queria agradecer o e-mail que você nos encaminhou com a apresentação da aplicação dos recursos do crédito de carbono e só lembrando que aquela apresentação é muito útil e nós vamos colocar nos canais do FEMA, mas no momento em que você estava viajando, você se afastou em algumas reuniões, nós fizemos uma visita técnica e a Cristina esteve junto, a Rose e nós conseguimos naquela apresentação, nós conseguimos estar em loco e ver aquilo, os resultados da aplicação dos créditos de carbono e fizemos uma apresentação com fotos também, foi bem bacana.

Cons. Mônica Borba: Eu achei muito legal, aquilo ali tinha que fazer uns cartazes e deixar aqui na secretaria, é importante.

Coordenador Rubens: Nós estamos tentando produzir um material de comunicação, até para divulgar mais o FEMA e tudo, mas o tempo é meio escasso, mas todas essas informações nós estamos apresentando.

Cons. Mônica Borba: Para quem não pode ir, eu fiquei chateada de não poder ir, mas...

Coordenador Rubens: Mas, não vai faltar oportunidade. A Mônica nos passou uma apresentação que o CADES regional promoveu e onde demonstra aplicação dos recursos de crédito de carbono que foi lá em Perus, nós fizemos aquela visita técnica onde alguns conselheiros puderam ir ver as praças. Aquela apresentação quem fez? Foi a própria subprefeitura não é?

Cons. Mônica Borba: Aquela apresentação quem me passou foi o Reginaldo da SABESP.

Coordenador Rubens: Mas foi a própria subprefeitura, porque tem os dados técnicos da obra



Cons. Mônica Borba: Eu não sei quem fez, mas quem me passou foi o Reginaldo.

Coordenador Rubens: Também percebi que tem custos e tal, eu acho que foi a própria sub que organizou, ok. Obrigado senhores e até a próxima.